



## Leia o Decreto que cria política nacional de acesso à banda larga

O Diário Oficial publicou, nesta quinta-feira (13/5), o Programa Nacional de Banda Larga, instituído pelo presidente Lula. De acordo com o Decreto, a meta é triplicar o acesso da população à internet rápida até 2014. Para tanto, o governo tentará baixar o preço do serviço. O governo informa que a Telebrás será acionada para atender a regiões afastadas dos grandes centros e órgãos públicos. O objetivo do governo é levar a banda larga a 40 milhões de brasileiros. Hoje, 12 milhões de pessoas tem acesso à internet de alta velocidade.

O governo pretende instalar o programa em junho. Antes, promoverá o Fórum Brasil Digital em que representantes do governo, empresas e de usuários terão a chance de debater o programa. De acordo com o Decreto, o governo deve estimular o serviço por meio de atos regulatórios, incentivos fiscais e investimento em infraestrutura de rede, essa última que cabe à Telebrás. A empresa deve atender universidades, centros de pesquisa, escolas e hospitais e usuários finais onde não há oferta adequada desses serviços. A estatal ainda deve implementar a rede de comunicação da administração pública federal.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fica encarregada de regulamentar o programa. De acordo com o Decreto, a agência deverá observar políticas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações e se orientar pela promoção da concorrência e da livre iniciativa, pelo estímulo a negócios inovadores, resolução de conflitos e pela obrigatoriedade de compartilhamento de infraestrutura.

### Leia o Decreto:

DECRETO No- 7.175, DE 12 DE MAIO DE 2010

Institui o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL; dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão; altera o Anexo II ao Decreto no 6.188, de 17 de agosto de 2007; altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.948, de 25 de agosto de 2009; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

e tendo em vista o disposto no art. 3o, inciso VII, da Lei no 5.792, de 11 de julho de 1972, e na Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997,

### DECRETA:

Art. 1o Fica instituído o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, de modo a:



I – massificar o acesso a serviços de conexão à Internet em banda larga;

II – acelerar o desenvolvimento econômico e social;

III – promover a inclusão digital;

IV – reduzir as desigualdades social e regional;

V – promover a geração de emprego e renda;

VI – ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado;

VII – promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação; e

VIII – aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

Art. 2º O PNBL será implementado por meio das ações fixadas pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital – CGPID, instituído pelo Decreto no 6.948, de 25 de agosto de 2009.

Art. 3º Compete ao CGPID, além das atribuições previstas no art. 2º do Decreto no 6.948, de 2009, a gestão e o acompanhamento do PNBL, cabendo-lhe:

I – definir as ações, metas e prioridades do PNBL;

II – promover e fomentar parcerias entre entidades públicas e privadas para o alcance dos objetivos previstos no art. 1º;

III – fixar a definição técnica de acesso em banda larga, para os fins do PNBL;

IV – acompanhar e avaliar as ações de implementação do PNBL; e

V – publicar relatório anual das ações, metas e resultados do PNBL.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos previstos no art. 1º, nos termos do inciso VII do art. 3º da Lei no 5.792, de 11 de julho de 1972, caberá à Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS:

I – implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal;



II – prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público;

III – prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e

IV – prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

§ 1o A TELEBRÁS exercerá suas atividades de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor, sujeitando-se às obrigações, deveres e condicionamentos aplicáveis.

§ 2o Os sistemas de tecnologia de informação e comunicação destinados às atividades previstas nos incisos I e II do caput são considerados estratégicos para fins de contratação de bens e serviços relacionados a sua implantação, manutenção e aperfeiçoamento.

§ 3o A implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal de que trata o inciso I do caput consistirá na provisão de serviços, infraestrutura e redes de suporte à comunicação e transmissão de dados, na forma da legislação em vigor.

§ 4o O CGPID definirá as localidades onde inexista a oferta adequada de serviços de conexão à Internet em banda larga a que se refere o inciso IV do caput.

Art. 5o No cumprimento dos objetivos do PNBL, fica a TELEBRÁS autorizada a usar, fruir, operar e manter a infraestrutura

e as redes de suporte de serviços de telecomunicações de propriedade ou posse da administração pública federal.

Parágrafo único. Quando se tratar de ente da administração federal indireta, inclusive empresa pública ou sociedade de economia mista controlada pela União, o uso da infraestrutura de que trata o caput dependerá de celebração de contrato de cessão de uso entre a TELEBRÁS e a entidade cedente.

Art. 6o A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, de acordo com as competências estabelecidas pela Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, implementará e executará a regulação de serviços de telecomunicações e da infraestrutura de rede de suporte de conexão à Internet em banda larga, orientada pelas seguintes diretrizes:

I – promoção da concorrência e da livre iniciativa;

II – estímulo a negócios inovadores que desenvolvam o uso de serviços convergentes;



III – adoção de procedimentos céleres para a resolução de conflitos;

IV – obrigatoriedade do compartilhamento de infraestrutura;

V – gestão de infraestrutura pública e de bens públicos,

inclusive de radiofrequência, de forma a reduzir os custos do serviço

de conexão à Internet em banda larga; e

VI – ampliação da oferta de serviços de conexão à Internet em banda larga na instalação da infraestrutura de telecomunicações. Parágrafo único. Na execução das medidas referidas neste artigo, a ANATEL deverá observar as políticas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

Art. 7o Ficam remanejados da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Gabinete Pessoal do Presidente da República, a fim de atender às necessidades da Secretaria-Executiva do CGPID, dez cargos em comissão do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores – DAS, sendo cinco DAS 102.4, um DAS 102.3 e quatro DAS 102.2.

Parágrafo único. O Anexo II ao Decreto no 6.188, de 17 de agosto de 2007, passa a vigorar na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 8o Os arts. 3o e 4o do Decreto no 6.948, de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3o.....

I – Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;

II – Gabinete Pessoal do Presidente da República;

III – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

IV – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

V – Ministério das Comunicações;

VI – Ministério da Ciência e Tecnologia;

VII – Ministério da Educação;

VIII – Ministério da Cultura;



IX – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

X – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

XI – Ministério da Saúde; e

XII – Ministério da Fazenda.

....." (NR)

"Art. 4o .....

Parágrafo único. O CGPID terá uma assessoria técnica permanente, vinculada à Secretaria-Executiva."  
(NR)

Art. 9o O Decreto no 6.948, de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

"Art. 5o-A. O CGPID deliberará mediante resoluções, por maioria simples, cabendo ao seu presidente o voto de qualidade.

Art. 5o-B. Serão grupos temáticos do CGPID, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados no regimento interno:

I – Grupo Temático de Infraestrutura e Serviços de Telecomunicações, coordenado pelo Ministério das Comunicações;

II – Grupo Temático de Aplicações, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

III – Grupo Temático de Conteúdo, coordenado conjuntamente pelos Ministérios da Cultura e da Educação; e

IV – Grupo Temático de Política Industrial, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia." (NR)

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogado o art. 8o do Anexo ao Decreto no 2.546, de 14 de abril de 1998.

Brasília, 12 de maio de 2010; 189o da Independência e 122o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA



Paulo Bernardo Silva

Jose Artur Filardi Leite

Erenice Guerra

**Date Created**  
13/05/2010